

Clipping CARF

Matérias de jornais, revistas, sites e blogs que mencionam o CARF

10/10/2015

O Globo

PF deflagra nova fase da Operação Zelotes

O Globo - 10/10/2015

Sete mandados de busca e apreensão foram cumpridos em Brasília e no Rio

BRASÍLIA- A Polícia Federal cumpriu ontem sete mandados de busca e apreensão em Brasília e no Rio de Janeiro para coletar novos documentos em mais uma etapa da Operação Zelotes, que investiga denúncias de corrupção no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (**Carf**). Ligado ao Ministério da Fazenda, o **Carf** é o tribunal onde são julgados recursos de contribuintes multados pela Receita.

Segundo nota da Receita Federal, as investigações "têm revelado a participação de novas pessoas envolvidas no esquema ilícito de manipulação de julgamento de processos administrativos fiscais" no **Carf**. A apuração apontou a "manipulação de decisões, mediante a atuação coordenada de agentes públicos e privados, com a finalidade de reduzir ou extinguir débitos tributários com o, conseqüente, prejuízo para a Administração Pública".

PREJUÍZO DE AO MENOS R\$ 5,7 BILHÕES

Segundo a PF, as ações são fruto da primeira análise do material apreendido quando a Operação Zelotes foi deflagrada, em março. Em nota, a PF afirmou que os documentos apontaram indícios de participação em crimes de mais um conselheiro do **Carf**, cujo nome não foi revelado, além de escritórios de advocacia.

A Receita e a PF não divulgaram os nomes dos alvos das operações porque o processo tramita em segredo de Justiça.

A superintendência da PF no Distrito Federal vem apurando os crimes de advocacia administrativa fazendária, tráfico de influência, corrupção ativa e passiva, associação criminosa e lavagem de dinheiro envolvendo processos administrativos no **Carf**.

Segundo a PF, conselheiros e funcionários do Conselho defendiam interesses privados e, com base no uso de informações privilegiadas, realizavam captação de clientes por meio

de "escritórios de assessoria, consultoria ou advocacia", que ofereciam "serviços e facilidades" em julgamentos. As fraudes apuradas junto ao Carf já somam prejuízos de, ao menos, R\$ 5,7 bilhões aos cofres públicos.

Folha de S.Paulo

Contrato reforça elo de ministro do TCU com suspeita de fraude fiscal

Folha de S. Paulo - 10/10/2015

ACORDO COM CONSULTORIA SOB INVESTIGAÇÃO FOI FECHADO QUANDO AUGUSTO NARDES ERA SÓCIO DE EMPRESA

Nardes nega ter participado de negociação com SGR, que diz ter feito parceria com empresa

RUBENS VALENTE
GABRIEL MASCARENHAS
DE BRASÍLIA

Documentos apreendidos pela Operação Zelotes, obtidos pela Folha, revelam que o ministro do TCU (Tribunal de Contas da União) Augusto Nardes ainda era um dos donos da empresa Planalto Soluções quando ela fechou uma parceria com uma das principais firmas de consultoria envolvidas no escândalo do Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais).

A firma que contratou a empresa de Nardes é a SGR Consultoria, pertencente ao ex-conselheiro do Carf José Ricardo da Silva, alvo da investigação da Polícia Federal e do Ministério Público Federal sobre compra de decisões no órgão vinculado ao Ministério da Fazenda que analisa recursos contra multas.

Relator das contas da presidente Dilma Rousseff no TCU, Nardes foi sócio da Planalto até maio de 2005. Seu sobrinho Carlos Juliano ainda é sócio da empresa.

A SGR é investigada por atuar em prol da RBS, grupo de mídia do Rio Grande do Sul, que disputava no Carf a possibilidade de reduzir multas aplicadas pela Receita.

De acordo com os investigadores da Zelotes, em 2011 a RBS pagou R\$ 11,9 milhões para a SGR, que repassou R\$ 2,55 milhões à Planalto entre dezembro de 2011 e janeiro de 2012. Os pagamentos coincidem com a vitória da RBS em um processo no Carf.

Segundo os investigadores, e-mails enviados pela secretária da SGR ao dono da empresa que citam pagamentos a "Tio" indicam que Nardes foi remunerado com R\$ 1,6 milhão e Carlos Juliano, com R\$ 900 mil por terem feito a ponte entre a RBS e a SGR.

O ministro tem dito que desconhece os supostos depósitos. Ele argumenta que deixou a Planalto em 2005 e "não assinou nada com a RBS

Ministro diz que não participou de negociação

Folha de S. Paulo - 10/10/2015

OUTRO LADO

DE BRASÍLIA

Apesar de constar como sócio da Planalto, o ministro Augusto Nardes reiterou que não teve participação nas negociações com a SGR Consultoria. "A própria RBS diz que não participei de nada. Eu não tenho participação gerencial e não tenho conhecimento desse assunto", disse.

A SGR informou que "firmou parceria com a empresa liderada pelo doutor Carlos Juliano Ribeiro Nardes [...] com o objetivo de atuar na defesa do Grupo RBS, em processo no Carf".

Acrescentou que os repasses da SGR se referem a honorários. A empresa afirmou que o processo de negociação foi conduzido exclusivamente por Carlos Juliano e que os sócios da SGR não tiveram contato com o ministro Nardes.

Já Carlos Juliano Ribeiro Nardes nega que a Planalto tenha trabalhado em parceria com a SGR. Admite apenas ter negociado com a empresa, mas que seu tio não participou das conversas. "Não prestamos nenhum serviço [para a SGR]. Esse contrato até prescreveu", disse.

A RBS informou que jamais celebrou contratos nem manteve qualquer relação com a empresa Planalto, pessoas a elas vinculadas ou com Nardes. Acrescenta que jamais autorizou nenhuma subcontratação por parte da empresa escolhida para representá-la junto ao Carf.

A RBS diz que os honorários referentes "ao processo iniciado em 2000 e concluído após 11 anos" foram informados às autoridades competentes.

Nardes recebeu R\$ 1,6 milhão de empresa investigada na Operação Zelotes

10/10/2015

*Segundo investigadores da força-tarefa, Nardes colaborou com esquema de compra de decisões do **Carf** para aliviar multa sobre RBS, grupo de comunicação do Rio Grande do Sul*

Documentos apreendidos pela Operação Zelotes revelaram que o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Augusto Nardes, que foi relator das contas de 2014 do governo Dilma Rousseff, recebeu R\$ 1,6 milhão por envolvimento em esquema que atuava no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (**Carf**). Segundo reportagem da Folha de S.Paulo, Nardes era dono da Planalto Soluções quando ela fechou parceria com uma das principais empresas de consultoria envolvida no escândalo.

A SGR Consultoria, firma que contratou a empresa do ministro, pertence ao ex-conselheiro do **Carf** José Ricardo da Silva. Ele é alvo da investigação da Polícia Federal e do Ministério Público Federal (MPF) sobre compra de decisões no órgão, que analisa recursos contra multas de sonegação de imposto.

Nardes foi sócio da SGR até maio de 2005. Seu sobrinho, Carlos Juliano, ainda é sócio da empresa, que é investigada por atuar em prol da RBS, grupo de mídia do Rio Grande do Sul filiada a Rede Globo. O grupo negociava no **Carf** a redução de multas aplicadas pela Receita Federal.

Investigadores da Zelotes informaram que, em 2011, a RBS repassou R\$ 11,9 milhões para a SGR, que pagou R\$ 2,55 milhões à Planalto entre dezembro de 2011 e janeiro de 2012. Tais pagamentos coincidem com a vitória da RBS em um processo do conselho.

De acordo com a força-tarefa, a secretária da SGR enviou emails ao dono da empresa que indicam que Nardes recebeu R\$ 1,6 milhão e Carlos Juliano, R\$ 900 mil. As remunerações foram concedidas em razão da ponte realizada entre a RBS e a SGR

Correio do Povo - RS

OPERAÇÃO ZELOTES - Grupo da PF grava negociação suspeita

10/10/2015

*Conversas entre ex-auditor da RF e um ex-conselheiro do **Carf** tratam sobre propina de R\$ 28 milhões*

A Rádio Guaíba teve acesso a interceptações de conversas telefônicas feitas com autorização judicial pela Polícia Federal em função da Operação Zelotes.

Nas conversas entre o ex-conselheiro do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) e ex-auditor da Receita Federal, Jorge Victor Rodrigues, e Jefferson Ribeiro Salazar, advogado e ex-auditor da Receita, os dois supostamente combinam o pagamento de R\$ 20 milhões relacionados a processos dos bancos Bozano e Safra. As gravações foram reproduzidas na tarde de ontem no programa "Esfera Pública", da Rádio Guaíba, apresentado por Juremir Machado da Silva e Taline Oppitz.

A conversa tem início com Salazar estranhando a ligação de um número não habitual ao do ex-conselheiro e diz que não conhecia esse telefone. Rodrigues argumenta que a precaução é importante. "Quando eu te falar, você vai entender o motivo da minha precaução. Vai ver se procede ou não a medida".

Salazar explica que tem cliente com um problema para resolver, que não chegou a um acordo de valores com outra pessoa, citada como Leonardo. O advogado detalha o pagamento dos honorários explicando que eles (empresa) fazem um contrato onde está acertado o pagamento completo de R\$ 28 milhões, que corresponderia a 10% do valor do processo no Carf. O pagamento seria para reduzir a multa da empresa no conselho.

Deste valor, R\$ 20 milhões ficariam com o ex-conselheiro, pois R\$ 8 milhões estariam comprometidos com parte da ação em São Paulo. Salazar alerta que dentro dos "20" está o valor da Procuradoria da Fazenda Nacional e que o cliente pede prazo de cinco meses para resolver o problema, pois estão preocupados com troca de governo. "Está incluído também a Procuradoria que tem boca grande. Aí, é contigo.

Você tem que palmilhar bem o terreno, ver se dá samba e a gente volta a se falar." Deflagrada pela PF em março deste ano, a Zelotes investiga um dos maiores esquemas de sonegação fiscal já descobertos no Brasil.

As investigações são sobre a atuação de quadrilhas junto ao Carf, revertendo ou anulando multas.

O colegiado tem R\$ 516 bilhões em processos para julgamento.

Estão sendo analisados 74 julgamentos do conselho realizados entre 2005 e 2013, nos quais, R\$ 19,6 bilhões não teriam sido recolhidos aos cofres públicos. Entre as empresas investigadas na operação estão os grupos gaúchos Gerdau, RBS e Marcopolo. O áudio da conversa pode ser ouvido no site www.correiodopovo.com.br.

10/10/2015

JUREMIR MACHADO DA SILVA

Morro e não ouço tudo. Rodamos no programa "Esfera Pública", ontem, na Rádio Guaíba, dois áudios da Operação Zelotes que mostram como se comprava o trabalho de um conselheiro do Carf ainda em 2014. Na linguagem jornalística, um "furo" nacional. O Carf é o organismo que julga recursos de dívidas com a Receita Federal. Passou a ser o atalho para empresas que desejavam pagar apenas 10% do que deviam. Os grampos telefônicos, feitos com autorização judicial, que veiculamos tratam da negociação de um operador dos bancos Bozano e Safra, Jeferson Salazar, com o então conselheiro do Carf, Jorge Víctor Rodrigues, para acertar o esquema a um custo módico de R\$ 28 milhões sobre os R\$ 280 milhões devidos.

Nomes de interessados e dos interesseiros são citados sem a menor cerimônia. Em determinado momento, Salazar observa em tom de cautela a Jorge: "Você assumiria aí o comando de 20 (milhões) e aí o problema é seu" sendo que "nesses 20 está também a Procuradoria, que eles têm a boca grande". Tudo é tratado com informalidade, mas com requintes burocráticos. Fala-se em contrato de quatro a cinco meses "para evitar uma troca de governo". Foi em agosto de 2014. Jorge Víctor aceita a tarefa, pede o número do processo, acerta detalhes de encaminhamento e de novos contatos.

No segundo áudio, Salazar passa a ligação de Jorge Víctor para o parceiro Eduardo, que trata de minúcias da operação. É preciso fazer o parecer que será assinado "por quem decide" com a ajuda do homem providencial dentro do Carf. Um aspecto importante é a transferência do dinheiro, chamado pomposamente de honorários, que deve se dar através de uma empresa com suficiente biografia para não ser barrada pelos instrumentos bancários de controle. Afinal, não é qualquer laranja que recebe R\$ 28 milhões sem dar na vista. Bem pensado, são áudios educativos, pedagógicos, instrutivos: ensinam como sonegar impostos em grandes proporções, como agem grandes empresas flagradas pela Operação Zelotes, que não desperta o interesse da maior parte da mídia, e como atuar em equipe para enganar a Receita Federal enquanto se critica a corrupção e a carga tributária.

Morro e não ouço tudo. É melhor do que ser surdo. Quanto saber utilizado para ludibriar a sociedade brasileira. Quanto cinismo destilado em doses cavalares com a tranquilidade de quem discute temas de Direito Administrativo e Tributário. Quanta manha. Quanta "boca grande". Os áudios que rodamos revelam o modo de operação de todos os envolvidos no esquema descoberto pela Zelotes. A Lava Jato é só um conta-gotas. No país em que Eduardo Cunha até poucos dias era herói do combate à corrupção, as negociatas do Carf são apenas mais um capítulo da novela da sujeira que faz a água do Tietê parecer limpa. Aprendi muito ouvindo as conversas que divulgamos.

Aprendi que a cara de pau de alguns é extraordinária. Será que é o poder fascinante dos 10% que explica o Brasil?

[11/10/2015](#)

Folha de S.Paulo

O dono do jogo

Folha de S. Paulo - 11/10/2015

Com a entrada de filho de Lula no negócio, liga de futebol americano passou a ostentar patrocinadores cobiçados

BELA MEGALE
DE SÃO PAULO

No domingo, 3 de outubro, o Vasco da Gama Patriotas enfrentou o T-Rex no Rio. A disputa atraiu pouco mais de 300 pessoas que pagaram R\$ 10 para assistir à partida do Torneio Touchdown, organizado por Luis Cláudio Lula da Silva, 30 anos, filho caçula do ex-presidente Lula.

A despeito do público escasso de um esporte que engatinha no Brasil, a liga ostenta patrocinadores cobiçados, como a cerveja Budweiser e o energético TNT. Os valores das cotas são sigilosos.

"O site é amador, o público pequeno, o evento e os jogos não são transmitidos na tevê, por isso o retorno para patrocinadores é baixo", avalia o especialista em marketing esportivo Amir Somoggi.

"Mas o mercado de futebol americano pode ser o futuro e a NFL, liga norte-americana, é uma das mais valiosas do mundo, chegando a faturar US\$ 50 milhões só com ingresso da final", pondera.

São com números como esses que Luis Cláudio justifica sua entrada no torneio, que viu a prosperidade chegar com ele, em 2011. A quantidade de times saltou de 7 em 2010 para 20 em 2014 e hoje está na marca dos 16.

Duas temporadas –de 2012 e 2013– foram televisionadas. Os clubes passaram a receber uma ajuda de custo anual de R\$ 20 mil e dinheiro para confecção de uniformes.

No e-mail em que comunicou a fãs da modalidade a sociedade com Luis Cláudio, o criador do Touchdown André Adler, morto em 2012, disse que ele vinha para "elevar o potencial de captação".

Na mensagem também comemorou o fruto da parceria, a final da temporada de 2011 no

estádio do Ibirapuera, em São Paulo. Na plateia do jogo estava Lula. Em entrevistas, o petista disse que, da mesma forma que o Brasil trabalhou para que o futebol brasileiro desse certo nos EUA, acreditava que o americano poderia vingar no Brasil.

Menos de dois anos depois o campeonato contava com sete patrocinadores. Além dos atuais TNT e Budweiser, investiam no Touchdown Tigre, Sustenta Energia, do grupo JHSF, Qualicorp e GOL.

Outra patrocinadora nos anos 2012 e 2013 foi a Caoa Hyundai, que segundo o jornal "Estado de S. Paulo" contratou o escritório de lobby Marcondes & Mautoni, investigado pela Polícia Federal e pela CPI do **Carf**, para obter a extensão da desoneração fiscal por meio de uma medida provisória que teria sido comprada por lobistas.

O escritório M&M também teve relações com Luis Cláudio. Em 2014, a M&M contratou a LFT Marketing Esportivo, a outra empresa do filho do ex-presidente, por R\$ 2,4 milhões. Segundo Mauro Marcondes, sócio do escritório, um dos serviços prestados se referia a um projeto de um ônibus que circularia pelo Brasil durante a Copa do Mundo divulgando uma patrocinadora do mundial.

Os planos não saíram do papel. Outro trabalho foi a assessoria a um projeto para integrar modalidades esportivas em um centro de exposições que está sendo planejado no interior de São Paulo. "Considerarei o valor caro, mas fiquei satisfeito com o resultado que ele me apresentou", afirmou Marcondes.

A realidade do Touchdown é bem diferente da vivida pela CBFA (Confederação Brasileira de Futebol Americano), entidade oficial do esporte que organiza desde 2012 um campeonato nacional paralelo ao do filho de Lula. Nas suas quatro temporadas realizadas, ela nunca angariou um patrocínio anual.

DIRETOR GERAL

É de um escritório em um prédio comercial nos Jardins, em São Paulo, que Luis Cláudio gerencia suas duas empresas voltadas para o ramo esportivo: a Touchdown Promoções e Eventos Esportivos, que administra a liga de futebol americano, e a LFT Marketing Esportivo, dedicada a projetos para outras empresas.

Clientes relatam que o espaço tem três cômodos, poucos funcionários e o irmão Fábio Luis, o Lulinha, entre os vizinhos. O apelido é o mesmo que Luis Cláudio carrega nos gramados, apesar de rechaçá-lo.

Nos documentos da Touchdown, a empresa criada para gerenciar o torneio, Luis Cláudio aparece como "diretor geral". Segundo donos dos times que participam da competição, é ele o responsável pelas principais atividades, como definição de locais onde acontecerão as partidas e prospecção de verbas. O valor captado não é partilhado com os times.

"Não sabemos quanto Luis Cláudio capta, mas parte disso é direcionado para nós", conta o

presidente da equipe do Flamengo no torneio, Rogério Pimentel.

Formado em educação física, Luis Cláudio passou pelos principais clubes de futebol de São Paulo trabalhando como auxiliar de preparadores físicos.

O São Paulo foi o primeiro a abrir as portas para o filho do ex-presidente da República, que trabalhou ali por cerca de três meses. Luis Cláudio também atuou no Palmeiras quando Vanderlei Luxemburgo era técnico do time, em 2008. Em 2009, quando ingressou no Corinthians, ganhou mais visibilidade na imprensa com ajuda do clube.

Diário do Litoral

Sindifisco contesta déficit da Previdência

11/10/2015

Entidade elaborou conjunto de propostas que podem dar fôlego ao caixa do Governo

Os membros do Sindicato Nacional dos Auditores da Receita Federal Delegacia Sindical de Santos (Sindifisco Nacional), contestam o déficit da Previdência Social apresentado pelo Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, que de R\$ 58 bilhões, em 2014, deve chegar a R\$ 88 milhões este ano. Segundo os auditores fiscais, o rombo apresentado é apenas uma desculpa para recriar a Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF).

"Não há déficit. O caixa da Previdência é desviado para outras finalidades. O Governo desonerou as empresas, mas não devolveu para o caixa da Previdência", disse Renato Tavares da Silva Filho, diretor do Sindifisco. Segundo o sindicato, as desonerações de contribuição previdenciária somaram R\$ 5,2 bilhões em 2012, R\$ 10 bilhões em 2013 e R\$ 13,4 bilhões em 2014.

A entidade elaborou pacote com 10 sugestões que deve ser encaminhado para o Congresso Nacional. Segundo os auditores fiscais, se parte das medidas for adotada, o Governo terá um fôlego no caixa. "São medidas sugeridas pelo sindicato e colegas que fizeram outras propostas. Há providências de ordem administrativa que podem ser implementadas com rapidez", destacou Filho.

Entre as sugestões, está o término do Refis e rapidez no julgamento das ações de cobrança retidas no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) e na Procuradoria. "Maior parte desse valor são de grandes empresas. De contribuintes que têm poder econômico pra fazer lobby com o governo", disse Ailton Claudio Ribeiro, diretor do

Sindifisco. Somente no **Carf** existem R\$ 300 bilhões em processos paralisados. Esses valores poderiam incrementar o caixa do governo.

A tributação sobre as remessas de lucros enviados ao exterior também é outra sugestão. "Quando o Brasil deixa de tributar essa remessa, o lucro será tributado nos Estados Unidos, por exemplo, e não aqui. Isso faz parte do mecanismo de investimentos, que na verdade facilita a vida das empresas", ressaltou Ribeiro. A previsão é que com a implementação do tributo possam ser arrecadados R\$ 8,7 bilhões ao ano.

Outra proposta é a eliminação da isenção de lucros e dividendos. "O trabalhador é tributado e a distribuição de lucro não. Por exemplo, o trabalhador que recebe R\$ 2 mil paga, o empresário que na distribuição de lucro, seja ele qual for, que seja R\$ 10 milhões, é isento", explicou Filho.

Em âmbito estadual, a entidade propõe a aprovação da PEC do Jatinho, que prevê a alteração da Constituição no sentido de que os automotivos também abranjam as embarcações e aeronaves. "Dessa forma também seria cobrado IPVA das embarcações e aeronaves de luxo (iates e jatinhos)", disse Ribeiro.

O Sindfisco realiza palestras sobre o assunto e está aberto a população para fornecer os detalhes. Mais informações podem ser obtidas na sede da entidade que fica na Rua Euclides da Cunha, 290, em Santos, ou pelo telefone (13) 3226-2522.

[12/10/2015](#)

IstoÉ

Lula enredado

Revista ISTOÉ - 12/10/2015

Além da Lava Jato, outras duas investigações da PF têm potencial para complicar a vida do ex-presidente. Telegramas obtidos por ISTOÉ sugerem intervenção do petista no BNDES para financiar construção de rodovia na África

Marcelo Rocha

Há duas semanas, o ministro do STF, Teori Zavaski, autorizou que o ex-presidente Lula seja interrogado pela Polícia Federal na condição de informante. O petista terá de esclarecer em breve por que o Instituto Lula e a empresa que promove suas palestras figuraram na contabilidade de companhias acusadas de desviar recursos da Petrobras. A Operação Lava Jato, porém, não é a única na qual Lula aparece enredado. A teia é mais extensa e pelo menos outras duas investigações têm potencial para complicar a vida do ex-

presidente: a Zelotes, que esmiuça falcatruas cometidas contra o **Carf**, o tribunal de recursos contra multas da Receita, e a Acrônimo, que apura irregularidades na campanha do governador de Minas, Fernando Pimentel. Esta última, aos poucos, mergulha nas operações nacionais e internacionais do BNDES. Aí mora o problema para Lula. Há suspeitas de tráfico internacional de influência na liberação de financiamentos.

Na última semana, ISTOÉ teve acesso a um conjunto de telegramas do Itamaraty. Neles, existem relatos de embaixadores na África que sugerem uma intervenção de Lula para ajudar a encaminhar assunto que se arrastava por pelo menos três anos: a liberação de dinheiro do BNDES para financiar a construção de rodovia no Benin. O assunto foi tratado em viagem que o ex-presidente fez ao País em março de 2013. Acompanharam Lula, além de Paulo Okamoto e Celso Marcondes -- seus assessores no Instituto --, executivos de algumas empreiteiras. Estavam lá, entre outros, Marcos de Queiroz Galvão, da Queiroz Galvão e Adelmário Pinheiro, da OAS. As empresas são investigadas pela força tarefa da Lava Jato.

A conversa entre Lula e o presidente Boni Yayi foi narrada pelo embaixador Arnaldo Caiche D'Oliveira em telegrama do dia 19 de março de 2013. Segundo o embaixador, o presidente do Benin reclamou com o ex-colega da dificuldade de liberação do dinheiro para a construção da rodovia Ketou-Savé. "(Boni Yayi) solicitou apoio do ex-PR Lula para a flexibilização das exigências do COFIG/BNDES", relatou D'Oliveira. A situação não era boa para o Benin. O assunto já havia sido provocado por Yayi durante sua vinda ao Brasil em março de 2012. O líder africano pediu ajuda a presidente Dilma Rousseff, mas o processo não andou, o que motivou Yayi voltar à carga quando Lula por lá esteve em 2013. "Sobre as propostas de projetos apresentadas pela parte beninense, o ex-presidente Lula asseverou: "temos que contribuir com a África (...)vimos que há projetos e os empresários brasileiros vão estudar o que existe e onde podemos intervir", disse o petista, segundo relatou o então embaixador brasileiro no Benin, Arnaldo Caiche D'Oliveira.

Em maio de 2014, Lula foi à Nigéria para o World Economic Forum on Africa e ouviu novamente as queixas do presidente do Benin, segundo relato do embaixador João André Lima. No fim daquele mês, o financiamento para a construção da rodovia do Benin foi aprovado. Na ocasião, o consórcio previamente contratado para tocar a obra era formado pelas empresas brasileiras Sucesso e Fidens. Em fevereiro de 2015, houve uma mudança na configuração do consórcio. A Queiroz Galvão adquiriu a participação da Fidens no negócio e parte do que detinha a construtora Sucesso, passando a controlar 65% do consórcio. O Instituto Lula negou irregularidades nas atividades. "A atuação de Lula é legítima, dentro da lei, patriótica e nunca pediu ou recebeu remuneração por isso", disse à ISTOÉ. Na quinta-feira 8, no contexto da Operação Acrônimo, a CPI do BNDES aprovou a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da OPR Consultoria, antiga empresa do governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel.

Outra frente de apuração da PF capaz de implicar Lula é a que investiga irregularidades no **Carf**. A PF identificou indícios de que uma negociata envolvendo medida provisória editada durante o governo Lula que beneficiou montadoras de veículos com a extensão de desoneração fiscal. Um dos escritórios do lobby fez repasses de R\$ 2,4 milhões para uma

empresa de marketing esportivo de Luís Cláudio, filho do ex-presidente. A CPI do **Carf**, no Senado, investiga mais este caso que se soma à já intrincada rede de problemas envolvendo o ex-presidente petista.

Carta Capital

Mutirão anti-Dilma

Revista Carta Capital - 12/10/2015

O TSE E O TCU AUMENTAM A CRISE E MUNICIAM A OPOSIÇÃO

ANDRÉ BARROCAL

Em recente viagem à Bahia para entregar casas populares, Dilma Rousseff fez um pronunciamento naquele estilo peculiar. "A gente" afirmou, "não pode se atemorizar nunca diante da dificuldade." "Agente", no caso, era ela mesma.

A presidenta está mais uma vez metida em embaraços. As vezes ela até parece um personagem de video-game. A cada nova fase vencida, maiores se tornam os desafios. A obsessão oposicionista em derrubá-la recebeu providenciais empurrões de dois tribunais, o Superior Eleitoral e o de Contas da União. Este último, aliás, chama-se tribunal por excesso de formalidade. Merecia outro nome, pois trata-se de um órgão auxiliar do Congresso Nacional e é composto basicamente por ex-parlamentares e apadrinhados políticos. No TSE, abriu-se um processo de cassação da chapa Dilma Rousseff-Michel Temer, fato inédito no Brasil, no caso de candidaturas presidenciais. No TCU, outro acontecimento incomum. As contas do governo foram reprovadas pela primeira vez desde 1937. Se parte do Congresso desejava, acaba de ser premiada com pretextos para no mínimo atazanar a vida da mandatária e, no extremo, abrir um processo para retirá-la do cargo.

O pretexto surgiu em um marcante clima anti-Dilma na quarta-feira 7. No dia anterior e naquela manhã, o governo não conseguira aprovar os vetos presidenciais à chamada pauta-bomba, embora tenha realizado uma reforma ministerial e entregado sete pastas ao PMDB justamente para recompor sua base de apoio no Congresso. Fora isso, há semanas era possível sentir nos corredores do TCU o ar da reprovação, graças a uma avalanche de e-mails aos ministros e à disposição destes de inclinar-se à opinião pública midiática. Uma espécie de repetição do espírito reinante em 2012 no Supremo Tribunal Federal durante o julgamento do "mensalão" do PT. Um ex-colaborador das gestões Lula e Dilma conta ter ouvido do ministro do TCU José Múcio Monteiro que a rejeição era certa. Motivo: o desprezo presidencial pela cor-! te e pela política. Não surpreende o placar unânime.

Na hora do julgamento, o tribunal estava cercado de faixas ("TCU, o Brasil está de olho",

dizia uma), alguns carros de som, um boneco inflável gigante de Dilma Rousseff em trajes esfarrapados e gatos-pingados dos movimentos pró-impeachment. Um notório líder dessa turma, Kim Kataguirí, de 19 anos, do autointitulado Movimento Brasil Livre, assistiu à sessão no plenário. Proferida a sentença, ouviram-se nas imediações do TCU fogos de artifício, buzinações e o Hino Nacional

Na platéia engrossada por Kataguirí encontravam-se ilustres deputados da trupe do "Fora Dilma". Entre estes, Carlos Sampaio, líder do PSDB e defensor do "benefício da dúvida" para Eduardo Cunha, o presidente da Câmara titular de contas na Suíça. Mendonça Filho, autor da proposta que permitiu a reeleição do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e atual líder do DEM, partido cujo presidente, senador José Agripino, acaba de virar alvo de inquérito no STF por corrupção. E Paulinho da Força, do Solidariedade, há um mês réu no mesmo Supremo igualmente por corrupção.

Segundo avaliação do Palácio do Planalto, o clima anti-Dilma foi alimentado pelo relator das contas, Augusto Nardes. Esta foi uma das razões para um lance inesperado que se revelou um fracasso. As vésperas do julgamento, o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, tentou tirar o processo das mãos do ministro sob a alegação de violação da Lei Orgânica da Magistratura, que proíbe magistrados de "manifestar, por qualquer meio de comunicação, opinião sobre processo pendente de julgamento".

A AGU reuniu cerca de 2 mil declarações de Nardes em entrevistas. Queria provar que o relator agira com parcialidade e ignorava argumentos contrários. Ao j Valor de 24 de setembro, por exemplo, o ministro afirmou: "O TCU fará história". Dez dias antes, o senador Lasier Martins, do PDT, gaúcho como Nardes, contara à Rádio do Vale, do Rio Grande do Sul, ter escutado do ministro: "Pode ficar tranquilo que o TCU vai rejeitar as contas da presidente Dilma". Por trás da predisposição de Nardes estaria o desejo de "transformar isso (a reprovação) artificialmente num movimento de cassação da presidente", afirmou Adams durante julgamento das contas.

A ofensiva da AGU deu em nada. Pior, facilitou a rejeição das contas. O Supremo negou um mandado de segurança que tentava adiar a sessão do TCU. E o plenário deste, ao decidir preliminarmente sobre a acusação a Nardes, resolvera, por unanimidade e com críticas explícitas ao governo, que o ministro não agira mal e ficaria na relatoria. Respalhado, Nardes posou de vítima e declarou-se autor de um parecer "técnico". Nele, condenou as "pedaladas fiscais", expressão descritiva de atrasos no repasse de dinheiro do Tesouro Nacional a bancos públicos popularizada no noticiário a partir de julho de 2014. Popularizada, ressaltou-se, graças a disputas por poder no Ministério da Fazenda. Não só. Apontou Dilma como "diretamente" responsável por uma "desgovernança fiscal" violadora da Lei de Responsabilidade Fiscal, senha para o Congresso processar a mandatária. No dia seguinte, o relator nem esperou para desdizer-se sobre o caráter técnico de seu relatório. Em mais um lance favorável à oposição, disse ver indícios de que as práticas consideradas irregulares continuam a ocorrer. Não foi uma declaração ao vento. Há uma dúvida jurídica. Para muitos, o impeachment exigiria a comprovação de crimes cometidos durante o mandato. Por esse ponto de vista, a reprovação das contas de 2014 não seria suficiente para afastar Dilma do cargo. Outra ala argumenta que o instrumento de cassação foi criado

antes da aprovação da reeleição. Dessa forma, entraria em discussão o conceito de novo mandato.

Nardes usou a expressão "desgovernança fiscal" e parece à vontade com o tema. Ou entenderia melhor o termo "desfalque fiscal"? A Operação Zelotes, que apura um esquema criminoso de anulação de dívidas tributárias e realizou uma nova fase de buscas e apreensões na quinta-feira 8, desconfia do envolvimento do ministro na fraude. Nas investigações da Polícia Federal e do Ministério Público surgiram indícios de um pagamento a Nardes de cerca de 1,8 milhão de reais feito por uma empresa envolvida até o pescoço na tramóia, a SGR Consultoria.

A suspeita contra Nardes ampara-se em informações obtidas a partir da quebra de sigilo bancário da SGR, de anotações encontradas em escritórios da empresa e de interceptações de telefonemas e de e-mails de investigados. Em telefonemas e e-mails, por exemplo, uma tal Gigliane, funcionária da SGR supostamente responsável pelo repasse de dinheiro ilícito, discute pagamentos ao "tio" e ao "Ju". Nardes foi sócio de um sobrinho advogado, Carlos Juliano Ribeiro Nardes, na Planalto Soluções e Negócios. Os investigadores enxergam ligações entre a SGR e a Planalto.

O repasse seria uma espécie de comissão paga a Nardes por ele colaborar de algum modo com um caso específico na mira da Zelotes, o sumiço de 150 milhões de reais em dívidas da RBS, retransmissora da TV Globo no Rio Grande do Sul, terra do ministro. Nardes teria usado sua influência em Brasília para facilitar a operação. O desaparecimento dos débitos ocorreu no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), órgão do Ministério da Fazenda em que o esquema se materializava. Em troca da anulação da dívida, a RBS teria pago 15 milhões de reais a uma série de intermediários e agentes públicos. Entre eles, um ex-conselheiro do Carf e sócio da SGR, José Ricardo da Silva.

Silva e a SGR, segundo as apurações, tinham papel central no esquema. Intermediavam os contatos entre conselheiros do Carf e empresas endividadas dispostas a subornar. E distribuía o dinheiro entre as partes. Segundo um relatório da Polícia Federal, a RBS foi o maior cliente da SGR entre 2005 e 2013.

Pagou 11,9 milhões de reais. E dessa quantia que teria saído o quinhão de Nardes. A CartaCapital o ministro disse "que se afastou da Planalto Soluções e Negócios em maio de 2005", que "não recebeu nada proveniente ou relacionado à empresa" nem "participou de nenhuma atividade desta" desde seu desligamento. Não se pronunciou sobre relações com a SGR.

Conhecido o veredicto do TCU, a Presidência da República divulgou nota na qual afirma que "os órgãos técnicos e jurídicos do governo federal têm a plena convicção de que não existem motivos legais para a rejeição das contas". Mais: a conduta condenada teria preservado "programas sociais fundamentais para o povo brasileiro", como o Bolsa Família. Já a oposição era pura alegria, como demonstrou Agripino Maia, o neoinvestigado por corrupção. "A rejeição por unanimidade das contas reforçará a tese do impeachment." Para o novo chefe da Casa Civil, Jaques Wagner, a insistência oposicionista no

impeachment é uma "subversão perigosa" de um "instrumento poderosíssimo" que jamais deveria ser usado na "luta política" ou contra um governo impopular e sem maioria no Congresso. Segundo Wagner, o impedimento não pode ser um objetivo dos interessados, mas consequência de um ato criminoso comprovado. Seu antecessor, Aloizio Mercadante, despediu-se do cargo com críticas àqueles que "acenam desavergonhadamente com o golpe".

O futuro do relatório do TCU, e de Dilma, é incerto e dependerá de uma guerra política e jurídica que dificilmente se esgotará em 2015. O parecer irá agora ao Congresso para o exame inicial na Comissão de Orçamento, a reunir deputados e senadores. O relator será indicado pela presidente da comissão, a senadora capixaba Rose de Freitas, do PMDB. Na eleição de 2014, ela fez campanha em seu estado para o tucano Aécio Neves, mas costuma se alinhar ao presidente do Senado, o peemedebista Renan Calheiros, discreto aliado de Dilma. Não é líquido e certo que a comissão conclua a análise do relatório ainda neste ano. O próprio Cunha deu a entender que o trabalho só seria encerrado em 2016.

Caso a comissão aprove o relatório, desfecho nada improvável diante da incapacidade do Planalto de fortalecer-se no Congresso mesmo após a recente reforma ministerial, o documento será examinado em plenário por deputados e senadores. Há, porém, uma dúvida não desfeita pelo STF. Câmara e Senado votam juntos ou em separado? No

primeiro caso, marcar a votação dependeria de Calheiros. Na segunda, de Eduardo Cunha, conspirador anti-Dilma. Em agosto, o STF ensaiou determinar uma votação conjunta, falta dar a palavra final.

Se no final da história os parlamentares aprovarem o parecer do TCU, a oposição tentará emplacar no Congresso um processo por crime de responsabilidade contra Dilma. Estará então aberta uma batalha jurídica, com pareceres para todos os gostos. O culpado pela "desgovernança fiscal" seria a presidenta ou seus subordinados da área econômica? Pode-se cassar um presidente por fatos do primeiro mandato? São questões sobre as quais nem a comunidade jurídica se entende.

Um dia após a decisão do TCU, a Ordem dos Advogados do Brasil criou uma comissão para estudar as implicações possíveis para Dilma e um eventual pedido de impeachment. O Instituto dos Advogados de São Paulo já havia encomendado pareceres a quatro advogados sobre algumas dúvidas a respeito do impeachment: Adilson Dallari, da PUC paulista, Carlos Ayres Britto e Carlos Velloso, ex-ministros do STF, e Renato de Mello Jorge Silveira, da USP. Os dois primeiros já terminaram, com conclusões opostas. Para Dallari, Dilma pode sofrer impeachment por atos e omissões no primeiro mandato. Mesma visão de Ives Gandra Martins, voz do conservadorismo e aliado de primeira hora de quem esteja disposto a demonizar a esquerda. Ayres Britto acha o contrário, em linha com Dalmo Dallari, este simpatizante do PT.

O TSE também é fonte de fatos capazes de produzir j outra batalha jurídica. Na terça-feira 6, o tribunal aceitou um pedido do PSDB e abriu uma ação de impugnação da chapa Dilma-Temer. Para os advogados tucanos, houve abuso de poder político e econômico na

campanha petista de 2014. Há um mistério não desfeito, todavia. E nada trivial. Não se sabe qual ministro comandará o processo. Se vingar uma das ideias que circulam pelo tribunal, o caso cairá com Gilmar Mendes, antipetista da gema. O presidente do TSE, José Dias Toffoli, promete uma solução para breve.

Foi Mendes quem salvou o pedido do PSDB. A relatora do caso, Maria The reza de Assis Moura, defendeu o arquivamento em fevereiro. Para ela, os autores "não apresentam o indício de prova que pudesse justificar o prosseguimento de ação tão cara à manutenção da harmonia do sistema democrático". Um recurso tucano contra o arquivamento permitiu a Mendes liderar uma reviravolta em agosto. Segundo o ministro, a ação devia seguir, pois há um "noticiário diário que revela possível utilização de recursos oriundos de corrupção na campanha presidencial". Interessa-o achar elos entre desvios na Petrobras e a campanha dilmista. Na terça 6, a ministra Luciana Lossio disse que notícia de jornal não era motivo para pente-fino em chapa presidencial. Em vão. O processo foi aberto por 5 votos a 2.

Na visão de um governador tucano nada empolgado com a ideia de depor Dilma, o processo no TSE é mais perigoso para a presidenta do que as contas reprovadas pelo TCU. E por se tratar de um caso sem paralelos no País, há quem se pergunte se uma corte eleitoral poderia cassar um presidente. No parecer encomendado pelo PT, Dalmo Dallari diz que não. O artigo da Constituição sobre a deposição de presidentes "não dá competência ao Tribunal Superior Eleitoral para decidir sobre a cassação". Gandra Martins acha o contrário. Se não for assim, tem dito ele, o TSE "não teria função nenhuma".

Caso percam a ação no TSE, julgamento sem prazo e dependente de diversas averiguações, os advogados de Dilma prometem recorrer ao STF. Que também teria de decidir se, cassada a chapa Dilma-Temer, haveria nova eleição ou assumiria o segundo colocado naquela disputa, Aécio Neves. Os tucanos se empolgam com a possibilidade de voltar ao Palácio do Planalto após 13 anos fora do poder. Mas não seria tão fácil quanto imaginam. Talvez a militância pró-impeachment tenha soltado rojões à toa. Por ora, a pressão só serve mesmo para integrantes do baixo e do alto clero do Congresso interessados em arrancar mais algumas vantagens do governo Dilma.

Agência Senado

CPI do Carf realiza acareação entre depoentes

12/10/2015

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apura denúncias de irregularidades no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) realiza, na quinta-feira (15), às 9h, a acareação entre Hugo Rodrigues Borges e Gegliane Maria Bessa Pinto.

Autor do requerimento, o senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) informou que foram verificadas contradições nas informações prestadas pelos dois depoentes à CPI, em especial naquelas relativas à destinação dos valores vultuosos sacados das contas-correntes pertencentes às empresas de José Ricardo da Silva, um dos principais integrantes do esquema criminoso de manipulação de julgamentos no **Carf**.

- A acareação ora requerida permitirá que tais contradições sejam desfeitas, esclarecendo-se de que maneira eram divididos e distribuídos os recursos milionários arrecadados por José Ricardo da Silva e por Alexandre Paes dos Santos - afirmou Ataídes Oliveira.

Em depoimento no dia 3 de setembro, Hugo Borges afirmou aos senadores que a ex-ministra da Casa Civil Erenice Guerra e o ex-ministro de Minas e Energia Silas Rondeau, após deixarem as pastas, frequentaram o escritório das empresas J. R. Silva e SGR Consultoria Empresarial, apontadas como peças principais do esquema de manipulação de julgamentos do **Carf**.

Ex-funcionária da J. R. Silva, Gegliane é considerada uma testemunha-chave da investigação. Ela foi ouvida em audiência secreta no dia 30 de junho e, segundo revelou a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) na ocasião, prestou informações relevantes ao trabalho da CPI.

Agência Carta Maior

RBS/Globo protegem as contas de Nardes

12/10/2015

Será que o servicinho prestado por Nardes à RBS ajuda a explicar porque a TV Globo deu tanto destaque à votação histórica no TCU?

O ministro Augusto Nardes ganhou os seus minutos de fama nesta semana ao propor a rejeição das contas do governo Dilma. Seu frágil relatório, aprovado por unanimidade no anódino Tribunal de Contas da União (TCU), foi motivo de festança para os convidados especiais da sessão - entre eles, o fascista mirim Kim Kataguirí, o jagunço Paulinho da Força e vários parlamentares do PSDB, DEM e PPS. A mídia também deu destaque para a decisão "histórica", afirmando que ela reforça a cavalgada pelo impeachment da presidenta. Todos os golpistas elegeram Augusto Nardes como o herói da semana. Mas a bajulação não vai durar muito tempo. Nesta semana, a Operação Zelotes confirmou que o "ético" ministro está metido num bilionário esquema de fraude fiscal no Rio Grande do Sul. Ele teria facilitado as mutretas da RBS, a afiliada da TV Globo no Estado.

Documentos apreendidos pela Polícia Federal revelam que Augusto Nardes ainda era um dos donos da empresa Planalto Soluções quando ela fechou parceria com uma das

principais firmas de consultoria envolvidas no escândalo do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Segundo reportagem da Folha deste sábado (10), a empresa do ministro foi contratada pela SGR Consultoria, pertencente ao ex-conselheiro do Carf, José Ricardo da Silva, alvo das investigações da Operação Zelotes sobre a compra de decisões no órgão que analisa recursos contra multas. Augusto Nardes foi sócio da Planalto Soluções até maio de 2005. Seu sobrinho, Carlos Juliano, ainda é sócio da empresa.

A SGR é investigada por atuar em defesa da RBS - afiliada da Globo no Rio Grande do Sul e Santa Catarina -, que disputava no Carf a possibilidade de reduzir as multas aplicadas pela Receita Federal. Segundo as investigações, em 2011 a RBS pagou R\$ 11,9 milhões para a SGR, que repassou R\$ 2,55 milhões à Planalto entre dezembro de 2011 e janeiro de 2012. Os pagamentos coincidem com a vitória da RBS em um processo no Carf. E-mails enviados pela secretária da SGR ao dono da empresa mencionam pagamentos ao "Tio" e reforçam a suspeita de que Augusto Nardes recebeu pelos serviços prestados R\$ 1,6 milhão. Já seu sobrinho Carlos Juliano abocanhou R\$ 900 mil.

Ainda de acordo com a Folha, tão generosa no tratamento dos seus aliados pontuais, o ministro do TCU afirma que desconhece os "supostos" depósitos, nega a prática do crime de tráfico de influência e garante que "não assinou nada com a RBS". Como álibi, Augusto Nardes argumenta que deixou a empresa Planalto Soluções em 2005. Ocorre que os documentos vazados confirmam que a RBS contratou a SGR em março deste mesmo ano e que esta, por sua vez, subcontratou na sequência a firma do impoluto ministro. A saída de Augusto Nardes do seu quadro societário só ocorreu em maio de 2005, 42 dias após o contrato com a SGR. Será que o servicinho prestado à RBS ajuda a explicar porque a TV Globo deu tanto destaque à "votação histórica" no TCU?

Sobre a patética rejeição das contas do governo Dilma vale conferir o excelente artigo de André Singer, publicado neste sábado na Folha:

Falso brilhante

A operação cênica do Tribunal de Contas da União, encerrada minutos antes de começar o Jornal Nacional, merece entrar para a história dos escândalos políticos-midiáticos. Um órgão de assessoria parlamentar que se passa por corte para, em dizeres altissonantes, condenar unanimemente, e em rede de TV, a presidente da República por desgovernança fiscal. Pode ser que o impeachment não prospere nunca, mas do ponto de vista ideológico Dilma Rousseff foi impedida na noite de quarta (7).

Os fundamentos objetivos da condenação, no entanto, passam batidos. Desculpe-me o leitor por obrigá-lo a assunto tão árido, porém não há outro modo de abordar o tema. Tomarei apenas um exemplo, referente às supostas pedaladas fiscais, para indicar como as evidências são fracas.

Vazado em linguagem cifrada, o voto do relator busca fixar a ideia de que em 2014 a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) teria sido burlada de maneira criminoso por meio das

pedaladas. Como prova, menciona-se a páginas tantas que as contas relativas à Bolsa Família, ao Seguro Desemprego e ao Abono Salarial, gerenciadas pela Caixa Econômica Federal (CEF), teriam ficado negativas em 59% dos dias daquele ano.

O TCU considera que, ao deixar no vermelho o saldo dos referidos pagamentos, a União estaria usando dinheiro emprestado da CEF, o que seria proibido pela LRF. Com efeito, produzida, entre outras coisas, para conter o uso dos bancos públicos, ela proíbe que o Estado receba crédito de casa bancária por ele controlada.

Ocorre que a resposta do Advogado-Geral da União, neste particular, foi precisa. Na defesa oral apresentada perante os ministros, Luís Inácio Adams lembrou que, ao final de 2014, o Tesouro tinha a receber da CEF 141 milhões de reais. Onde já se viu tomador de empréstimo receber em lugar de pagar dívida contraída?

A charada se resolve se pensarmos que não houve empréstimo algum. Os ministérios têm um contrato de serviço com a CEF, que administra as sobrecitadas contas. Nos dias em que ela fica negativa, produz-se um haver em favor do banco, quando positiva, em favor do Tesouro, procedendo-se a um ajuste entre uns e outros. No caso de 2014, quem devia era a Caixa e não a presidente. Onde o crime, então?

A imprensa, se quiser prestar um serviço à democracia, tem a obrigação de destrinchar o que está contido nas milhares de páginas oficiais escritas sobre o caso. Diferentemente dos episódios de corrupção, tudo está à mostra e pode-se chegar a conclusões claras.

Ao governo cabe promover ampla campanha de esclarecimento. Se não o fizer, deixará o principal argumento pró-impeachment tomar conta do público por mera repetição.

[13/10/2015](#)

Folha de S.Paulo

Estatais repassaram R\$ 2,9 mi a entidade ligada a ministro do TCU

Folha de S. Paulo - 13/10/2015

**PETROBRAS PAGOU EM 2014 R\$ 1 MI PARA FESTA DE NATAL DE
MUNICÍPIO DE 79 MIL HABITANTES NO RS**

Valor dado às festividades natalinas é equivalente ao repassado pela estatal à Bienal de São Paulo

FELIPE BÄCHTOLD
DE SÃO PAULO

Estatais ligadas ao governo federal repassaram nos últimos dois anos quantias milionárias de patrocínio a um instituto ligado ao sobrinho do ministro do Tribunal de Contas da União Augusto Nardes.

Petrobras, BNDES, Caixa Econômica e Banco do Brasil pagaram, com dispensa de licitação, um total de R\$ 2,9 milhões para o Instituto Pela Produção, Emprego e Desenvolvimento promover eventos culturais na cidade natal do ministro, Santo Angelo (RS), que tem 79 mil habitantes, e em um município vizinho.

O instituto tem entre seus responsáveis Carlos Juliano Nardes, investigado na Operação Zelotes da Polícia Federal, que apura a compra de anistia de multas no **Carf** (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais).

Investigadores suspeitam que o sobrinho e o ministro tenham recebido dinheiro de empresas envolvidas.

O instituto que recebeu verbas de patrocínio se apresenta na internet como formulador de estudos e "projetos novos" para congressistas. Não há menções a promoção de eventos culturais.

Só a Petrobras pagou em 2014 R\$ 1 milhão para o festival "Natal Cidade dos Anjos". O valor é o equivalente ao repassado pela entidade para eventos mais tradicionais e com maior público, como a Bienal de São Paulo ou a Virada Cultural paulistana.

O instituto foi fundado em 2003 com o apoio de Augusto Nardes, então deputado federal pelo PP do Rio Grande do Sul. À época, ele mesmo declarou que a ideia era criar uma entidade que representasse empresários junto ao Legislativo. Na internet, Carlos Juliano se apresenta como vice-presidente e secretário-executivo da entidade.

NATAL

O instituto está em nome de Mário Augusto Ribas do Nascimento, ex-prefeito pelo PP de São Miguel de Missões, município beneficiado com R\$ 1,6 milhão de patrocínio do BNDES em 2013 e 2014 para um evento musical.

Nascimento, que se diz amigo de Nardes, afirma que buscou todos os recursos sozinho junto ao governo e que os Nardes não participaram da articulação.

O PP, partido de familiares de Nardes e ao qual ele também foi filiado, governa a Prefeitura de Santo Ângelo. O ministro visita a cidade com frequência e prestigiou o festival de Natal nos últimos anos.

CPI do Carf realiza acareação entre depoentes

13/10/2015

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apura denúncias de irregularidades no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) realiza, na quinta-feira (15), às 9h, a acareação entre Hugo Rodrigues Borges e Gegliane Maria Bessa Pinto.

Autor do requerimento, o senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) informou que foram verificadas contradições nas informações prestadas pelos dois depoentes à CPI, em especial naquelas relativas à destinação dos valores vultuosos sacados das contas-correntes pertencentes às empresas de José Ricardo da Silva, um dos principais integrantes do esquema criminoso de manipulação de julgamentos no Carf.

- A acareação ora requerida permitirá que tais contradições sejam desfeitas, esclarecendo-se de que maneira eram divididos e distribuídos os recursos milionários arrecadados por José Ricardo da Silva e por Alexandre Paes dos Santos - afirmou Ataídes Oliveira.

Em depoimento no dia 3 de setembro, Hugo Borges afirmou aos senadores que a ex-ministra da Casa Civil Erenice Guerra e o ex-ministro de Minas e Energia Silas Rondeau, após deixarem as pastas, frequentaram o escritório das empresas J. R. Silva e SGR Consultoria Empresarial, apontadas como peças principais do esquema de manipulação de julgamentos do Carf.

Ex-funcionária da J. R. Silva, Gegliane é considerada uma testemunha-chave da investigação. Ela foi ouvida em audiência secreta no dia 30 de junho e, segundo revelou a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) na ocasião, prestou informações relevantes ao trabalho da CPI.